

Além da datiloscopia TENSÕES NAS RELAÇÕES BRASIL-EUA PERSISTIRÃO APÓS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE NOVEMBRO

MARCELO DE PAIVA ABREU

O clima azedo criado pela crise datiloscópica entre Brasil e EUA não deve afetar a percepção da importância da preservação das relações entre Brasil e EUA em nível que transcenda a atual atmosfera circense. A ênfase dos EUA na política de combate ao terrorismo é explicável como reação aos ataques terroristas de que o país foi vítima. Houve óbvios problemas com excessos relacionados às práticas adotadas pelos EUA à luz de seu legítimo objetivo. Desde o questionável envolvimento militar no Iraque até as formas de controle do movimento de pessoas. A posição hegemônica dos EUA, sem similar histórico desde o auge do império romano, dificulta a influência compensatória de outros países rumo ao comedimento, como demonstrou o colapso das negociações antes da invasão do Iraque.

Legítima também é a ênfase brasileira na defesa da soberania nacional em face dos excessos norte-americanos. Mas, também neste caso, a legitimidade não justifica excessos cometidos em seu nome. Negaceios, fintas e jogadas de arquivancada nas negociações comerciais multilaterais e hemisféricas fazem parte das regras do jogo, mas o seu uso excessivo, especialmente nas negociações hemisféricas, está levando ao desgaste.

É desejável, e tem sido defendida por muitos, pelo menos desde o início da década de 90, a aproximação do Brasil a outras grandes economias em desenvolvimento - China, Índia, Rússia - e também à África do Sul pós-apartheid. Dependendo excessivamente dos mercados europeu e norte-americano tem os seus problemas. Também do ponto de vista político, uma política externa efetivamente global domina a alternativa de concentração de recursos e interesses nos países desenvolvidos. Mas a atual política externa brasileira parece ultrapassar com folga os limites desejáveis da prudência e da coerência na defesa de princípios democráticos. Por exemplo, em relação a Cuba e Venezuela, não se trata de abandonar ou não velhos amigos, ou de realismo geopolítico, mas sim de levar em conta o que mudou nos últimos 30 anos no Brasil e no mundo. Em qualquer caso, continua uma incógnita o que seria a diplomacia "presidencial" na América Latina no day after plebiscitário venezuelano ou da sucessão de Fidel Castro.

Não há "química entre presidentes" que resista muito tempo à acumulação de atritos bilaterais, em alguns casos por razões fúteis. Dada a importância política, comercial, financeira e cultural - com e sem aspas - dos EUA, não interessa ao Brasil entrar no bloco de países refratários do ponto de vista de Washington. Muito menos se as razões para tal forem de importância menor. A manutenção de relações bilaterais em alto nível, insumo necessário à continuada reabilitação da combatida economia brasileira, tanto do ponto de

vista de crescimento quanto da distribuição, continuará a requerer os melhores esforços da diplomacia profissional brasileira.

A análise de cenários políticos nos EUA decorrentes das eleições presidenciais de novembro sugere que não haverá diminuição da incidência de problemas bilaterais em prazo previsível. No caso, mais provável, de reeleição do atual presidente, haveria continuidade na ação política - e militar - dos EUA à escala mundial, com a oposição francesa e russa domesticada pelos percalços iraquianos e a Alemanha em posição política muito mais frágil. O desenvolvimento mais preocupante para o Brasil seria a propagação do ânimo intervencionista dos EUA de tal modo que afete o seu papel na Colômbia e nas ramificações amazônicas do tráfico de drogas e da guerrilha. Talvez o atoleiro político associado à redemocratização iraquiana e as tensões com a Síria e o Irã sejam suficientes para manter a Colômbia de molho por tempo mais longo. No terreno comercial, a remoção da incerteza eleitoral permitiria que os EUA abandonassem limitadamente a sua atual política de acompanhar muita retórica com escassa substância, tanto nas negociações multilaterais quanto nas hemisféricas.

No cenário de eleição de um democrata há uma certeza: a política comercial norte-americana será mais obscurantista do que durante a administração Bush. Todos os candidatos a candidatos democratas demonstram intenso entusiasmo com o protecionismo deslavado. As palavras não são medidas: trata-se simplesmente de defender empregos norte-americanos contra a ameaça de surtos de importação. A "correção política" é dada pela justificativa de que nos países de origem das importações são pagos salários indignos sendo desconhecidos argumentos econômicos de lógica irrefutável. O mais ativo dos lobbies protecionistas atualmente nos EUA é o dos produtos siderúrgicos, pois o governo Bush suspendeu as salvaguardas que havia imposto às importações em 2002, forçado por decisão desfavorável da OMC e ameaças de represálias de seus parceiros. A demanda por ações alternativas governamentais para restaurar a proteção é estridente e, via sindicatos, determina a posição democrata. Uma vitória da oposição em novembro significará o recrudescimento dos litígios comerciais bilaterais e um arrefecimento significativo do já modesto empenho real dos EUA nas negociações multilaterais e hemisféricas. Por outro lado, no terreno político e de exercício de poder hegemônico, é pouco claro o que seria a política dos democratas, embora provavelmente mais branda do que a republicana. Não há indícios de reversão da postura quanto ao Iraque, nem mesmo quanto às formas de combate ao terrorismo à escala mundial. Talvez a única alteração realmente significativa do ponto de vista global seja a substituição dos lobbies empresariais entrincheirados no reduto republicano "pós-conservador" que têm visão global, mas bucaneira, por sindicatos com enfoque nitidamente paroquial. Triste e dura escolha.

Marcelo de Paiva Abreu é professor em licença sabática do Departamento de Economia da PUC-Rio.